

A NORMALIDADE ORGÂNICA E A CONSCIÊNCIA DA DUPLICIDADE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E A PLENITUDE HUMANA DO PRAZER

NORMAL ORGANIC CONDITION AND DUPLICITY AWARENESS SCIENCE AND TECHNOLOGY LINKED WITH HUMAN PLEASURE FULFILLMENT

Bernardo Elias Soares¹

SOARES, B. E. A normalidade orgânica e a consciência da duplicidade ciência e tecnologia e a plenitude humana do prazer. **Akrópolis** Umuarama, v. 19, n. 4, p. 263-268, out./dez. 2011.

RESUMO: Este artigo visa contribuir para o debate sobre os limites entre a função normal e o estado patológico nas ciências biomédicas. Todo estado patológico tem seu análogo em um fenômeno fisiológico supostamente natural e uma vez que somente o patológico indica um estado nosológico incomum, é através de sintomas (pathos) que o normal é percebido. O processo clínico apontado como afecção, não seria uma dimensão diferente da saúde, mas uma nova orientação para a vida, já que o processo uma vez estabelecido, não se reverte e, portanto, a clínica e o tratamento médico seriam uma técnica de restauração do normal e a doença uma inovação “positiva” do ser vivo como parte da demanda do aprender a curar. A revolução tecnológica estimulou a prática biomédica com ênfase na técnica e no racional, sem valorizar os aspectos psicossociais e subjetivos da doença e assim, o conceito de normal é comentado brevemente com base no pensamento da escola francesa e suas interfaces com o pensamento psicanalítico, em especial o princípio do prazer. Há então necessidade de aprofundar as indagações sobre a experiência da duplicidade nas ciências e os estados característicos de saúde ou doença, conectando o tema com a sociologia, a educação e a ética.

PALAVRAS-CHAVE: Normal, Patologia, Psicologia, Epistemologia, Tecnologia biomédica.

ABSTRACT: The present paper aims to contribute on the discussion about the boundaries between normal and pathological function within biomedical thought. Every pathological state has a corresponding natural physiologic phenomenon and it is through the symptoms (pathos) that it is perceived. A clinical process pointed as an abnormal condition would not be so different from the healthy state, but rather would indicate a new direction for life since once started, the process does not reverse and therefore diagnosis and medical care would be techniques to restore the normal state and disease would be a positive change as part of the living being's demand on healing. Such a technologic revolution has fostered a biomedical praxis focused on reason and technique, without valuing psychologic aspects of the diseased subject. The debate is carried out based on the French viewpoint, linking it with psychoanalytic thought, mainly the pleasure principle. Further research on the experience of duplicity in pathologic function and its meaning may strengthen bonds between social and ethical issues of science and education.

KEYWORDS: Normal Body function, Pathology, Psychology, Epistemology, Biomedical Technology

¹Biomédico – Microbiologista – Sanitarista
Doutor em Ciências / Saúde Pública Núcleo
de Biossegurança/ NuBio ENSP / DSSA /
FIOCRUZ / MS - e-mail: nhungue@gmail.
com

Recebido em junho/2011
Aceito em setembro/2011

INTRODUÇÃO

A noção de doença vem assumindo diversas formas ao longo da história, sem no entanto dissociar-se da cultura de cada povo ou linha de pensamento. A maioria das condutas ditas “anormais” devem-se a falhas de adaptação, entendendo-se esse processo como o conflito entre o desejo social e a demanda da natureza, de forma que a medida que muda o contexto, muda a conduta requerida para adaptar-se a ele.

Enquanto na Antiguidade a doença ou alteração orgânica era vista como consequência divina, do século XVIII até fins do século XIX, a evolução científica apontou para causas biológicas das condições clínicas e gradativamente foi se estabelecendo um caráter multifatorial às doenças, incluindo os fatores sociais, o que com o tempo e a comprovação da influência sócio-ambiental sobre a ecologia humana, consolidou o conceito amplo de saúde pública vigente hoje.

CONCEITO

A definição de normal e patológico na prática biomédica vem sendo mais amplamente discutida ao longo das últimas seis décadas pela tradição clássica da filosofia científica francesa, enquanto por outro lado o mesmo conceito vem sendo revisto nas discussões pós-modernas do pensamento anglo-saxônico, retratado em especial pelas ciências do comportamento.

Em meados do século XX, (Canguilhem 1966), que apresentou suas ideias inicialmente em 1943, partiu do princípio filosófico-fenomenológico de “problematizar o real” e lançou de forma sistemática o debate sobre o tema do normal e patológico ao propugnar que a existência individual deveria ser configurada no contexto da totalidade orgânica e que esta, por sua vez, definiria a fronteira entre a normalidade e a patologia caracterizada.

O termo “normal” para Canguilhem revelava um conceito relacionado ao ambíguo, significando um fato descritivo simultâneo a um valor moral, que, portanto, permitia ao indivíduo doente o direito de saber-se “diferente”, assim como reconhecia que o estado de saúde não significava simplesmente o “silêncio dos órgãos” ou uma inconsciência do corpo em estado de “bem-estar”. Pinto, Krunn & Cardoso 2008. fazem uma constatação atual dessa teoria e como isso ocorre no nível da patologia celular onco-

gênica, onde sequências genômicas idênticas podem ser detectadas tanto em células tumorais como em células livres de vírus oncogênicos; assim, as células ditas “normais” possuem proto-oncogenes sob o controle de uma proteína repressora, que os mantém “silenciosos” até que uma circunstância extemporânea ative sua expressão, o que resulta na formação de tumores. Ainda segundo Canguilhem, o estado “patológico”, por conseguinte, também teria um juízo duplo: um desvio descritivo da função biológica, representando um desvio de valor moral do fato que não estaria na “média estatística”. Neste caso, a vida seria uma atividade “normativa” e o termo “normal” passaria por um tratamento de frequência matemática, subordinando o normal à média estatística. A norma seria a regra e o anormal o seu contraditório, a ponto de um traço humano não ser considerado normal por ser freqüente, mas ser freqüente por ser normal, isto é, normativo num determinado contexto.

Além do sofrimento, a doença é individualizada uma vez que é no ser individual que inicia-se a doença. O processo clínico “pathos”, apontado como afecção, não seria uma dimensão diferente da saúde, mas uma nova orientação para a vida, já que o processo uma vez estabelecido, não se reverte (“restitutio ad integrum”) e é exatamente essa renúncia à vontade de restituir o estado anterior ao período de doença que pode ter efeito libertador para a cura. Desta forma, a clínica e o tratamento médico seria uma técnica de restauração do normal e a doença uma inovação “positiva” do ser vivo como parte da demanda do aprender a curar.

A experiência da duplicidade realizada entre normal e patológico repete-se igualmente em (Foucault 1975), com implicações filosóficas mais elaboradas que afetaram, inclusive, o caminho da própria psiquiatria. Nesse sentido, a loucura aparece como uma expressão da disfunção social a ser ultrapassada quanto à valores e opressão dos “eus” individuais. Curar, então, significaria não curar, ou seja, submeter uma personalidade diferente ao submundo irracional da sociedade que ela, inconscientemente rejeita. Porém, uma vez que a patologia mental exige métodos de análise diversos dos da clínica geral, não se pode estudar as “doenças do corpo” e as “doenças da mente” sob o mesmo sentido, colocando a abstração de sintomas em paralelo com a percepção de cada fenômeno per si, pois a noção de totalidade não exclui nem a abstra-

ção de elementos isolados nem a análise causal. Foucault explica esse fenômeno por meio de uma “originalidade mórbida” do indivíduo doente, equivalente à “totalidade orgânica”: “Não se pode, então, admitir prontamente nem um paralelismo abstrato, nem uma unidade maciça entre os fenômenos da patologia mental e os da orgânica e é impossível transpor de uma para outra as abstrações, os critérios de normalidade ou a definição do indivíduo doente.”

NORMALIDADE E SAÚDE

A doença seria o processo ao longo do qual se desfaz a trama da evolução, representando não uma essência contra a natureza, mas a própria natureza em um processo invertido e essa percepção foucaultiana remete à célebre frase de Darwin, que ao dizer que “a ontogênese repete a filogênese” (apud JONES 2009), firmou a ideia que a doença seria uma involução, contrariando o processo normal de desenvolvimento dos seres vivos.

A despeito das ideias de Foucault, que conformaram uma corrente de confronto com a psiquiatria tradicional, consubstanciada no que se convencionou chamar de “antipsiquiatria”, baseada no questionamento do saber e poder do médico em proferir a verdade sobre a loucura, os sistemas classificatórios de saúde mental expandiram-se, nos últimos vinte anos, abrigando novas categorias diagnósticas no rumo de uma inevitável utilização de medicamentos específicos aliados aos tratamentos convencionais, procurando retornar ao conceito de doença mental como realidade objetiva (ROSENBAUM 2000).

Esse contexto cognitivo, conta com a participação da tradição inglesa, que evoca um comprometimento com a praticidade, ou seja, não discutir as categorias diagnósticas ao nível filosófico, mas transformá-las em problemas reais. Assim, a querela sobre normalidade e patologia reduziu-se a uma perspectiva de ajuste ou desajuste a uma sociedade “sadia”, que cultua o desenvolvimento e a tecnologia.

Ao percorrer os conceitos que integram a definição de normal na vida contemporânea, mencionamos às ideias da psicanálise de Freud como influentes no pensamento do século XX, indicando que o organismo humano possui uma série de mecanismos que respondem a um estado permanente de crises e conflitos, como o estado de ansiedade, cuja presença durante um

desafio é normal e apropriada, como um processo de defesa que auxilia o indivíduo a adaptar-se à sociedade. O tema conecta-se com diversas áreas do conhecimento tais como a percepção, a comunicação, a filosofia, a linguagem e até com outros tópicos das ciências da mente. Já o estudo das relações interpessoais relacionadas ao tema da normalidade permite abordar esse conceito sob a ótica da sociologia, da educação, da ética e da política.

O interesse de Freud (1920) pela aplicação dos princípios psicanalíticos aos principais problemas da sociedade resultou no livro *Mal-Estar da Civilização*, em que são analisadas as questões que afligem a sociedade moderna à luz da psicologia. Nesse contexto, o conceito de civilização está construído sobre a proibição, repressão e controle dos impulsos naturais, manifestando-se graças ao sacrifício dos próprios instintos humanos. Assim, a força chamada por Freud de superego é na verdade uma consciência inerente ao indivíduo que censura e julga cada ato ou desejo e sem o desenvolvimento dessa consciência não há “civilização”. Porém, considerando a busca do prazer como objetivo da vida humana, essa renúncia à satisfação dos desejos instintivos cria antagonismos e conflitos que impedem o alcance da felicidade (Passmore & Robson 1974). Já (Brown 1959) mostrou que em sua infundável busca da felicidade, o homem fez extraordinários progressos no conhecimento das ciências naturais, estabelecendo o domínio sobre a natureza de uma forma jamais imaginada, mas o poder de subjugar as forças naturais foi levado ao extremo, sendo o homem capaz de exterminar-se a si próprio facilmente; grande intranquilidade deriva deste sentimento, esperando que a força do Eros (prazer) mantenha-se em equilíbrio com a força oposta Thanatos (destruição). Para Freud, os obstáculos à busca de Eros (prazer) são: o próprio corpo, fadado à decadência, o mundo exterior, capaz das mais implacáveis forças de destruição e as relações com os demais indivíduos, de onde advêm as maiores angústias. (PASSMORE E ROBSON 1974). Os inquéritos de percepção dos indivíduos a respeito de diversos problemas de saúde mostraram que as alterações no sentimento de bem-estar, a presença de sintomas de início súbito ou recente e a influência desses sintomas na atividade de trabalho foram consideradas como “doença”, reforçando a determinação social de valores e crenças individuais na formação dos

conceitos de saúde e doença. Apesar de sua relevância e aplicação direta na vida cotidiana, o conceito de normalidade biológica tem significado ambíguo e complexo, variando entre indivíduos e grupos sociais. Mesmo definindo de forma simplista a saúde como ausência de doença e a doença como ausência de saúde, pode-se caracterizar a doença como um desvio do normal biológico mas para isso é preciso tentar definir o que é normal, visto que cada indivíduo interpreta o que sente de maneira diversa, de acordo com sua experiência pessoal e o contexto social em que vive (LANDMANN 1983).

Vários conceitos integram a definição de “normal”, conectando o tema com diversas áreas do conhecimento tais como, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, a Ética, a História, valorizando a percepção, a comunicação, o pensamento, a linguagem, entre outros temas pertencentes a construção da subjetividade humana e relatividade do normal e do patológico. Como já mencionamos, o estudo das relações interpessoais relacionadas ao tema da normalidade permite abordar esse conceito sob a ótica da sociologia, da educação, da ética e da política, uma vez que o organismo humano possui uma série de mecanismos que respondem a um estado permanente de crises e conflitos, com soluções parciais ou totais, que o acompanham durante a vida.

As manifestações das mais variadas condutas sociais a partir de padrões disciplinares, construiriam bases capazes de “normalizar” o processo social através das relações de trabalho da segurança, das condutas individuais, da sexualidade, da religião, enfim, das atividades e condutas codificadas a partir dos padrões pactuados pela sociedade. A concepção de doença deve ser vista não apenas em termos individuais, mas inserida em um contexto social, onde se valoriza o axioma da saúde como “ausência de doença”, obrigando a buscar uma caracterização do normal (HEGENBERG 1998). Se “a saúde é a vida no silêncio dos órgãos”, a doença é aquilo que perturba os homens no exercício normal de suas vidas e é aquilo que os faz sofrer: “a doença que não existia na consciência do homem, passa a existir na ciência do médico, pois os médicos dispõem de informações clínicas e técnicas de laboratório que permitem detectar doenças em pessoas que não se sentem doentes; isso é um fato a ser interpretado” (CANGUILHEM 1966).

DISCUSSÃO

Historicamente, o conceito de normal circula nos campos da fisiologia, da patologia, da clínica e da sociologia, relacionando, por exemplo, a célula dentro da teoria biológica, física e social. Reflexões recentes, associadas à percepção crítica do “excesso” tecnológico, considerando questões relacionadas ao lucro econômico, a relatividade do benefício humano e social, colocam, por exemplo, para o campo da medicina que esta progrediu tanto em termos tecnológicos que o sentido do que é normal se perdeu. O uso da tecnologia apenas como recurso material, sem observar seu limite ético, levou oncologistas a afirmar que “estamos tratando as doenças muito além do necessário”, indicando o comprometimento da qualidade de vida pessoal e social dos indivíduos. Conhecer o que é comum, voltar à prática da medicina “antiga”, cujo parâmetro era a normalidade do funcionamento do corpo, parece essencial. A tomografia computadorizada, para citar um caso, pode mostrar anomalias na placa arterial, mas não existe pesquisa indicando realmente se refere a possível doença coronária ou derrame. Com base nestes conceitos, o bioquímico (BROWN 2009) aponta que saber “o que são variações normais” é um aspecto fundamental da pesquisa médica.

Estudos e pesquisas abrangendo abordagens do campo da psicologia e da sociologia, revelaram análises demonstrativas de que a revolução tecnológica, na área biomédica estimulou uma prática médica com ênfase na técnica, no racional, no objetivo pontual, no econômico, não valorizando o suficiente dos aspectos psicossociais, emocionais e subjetivos, no trato da doença (TORRES 2003).

CONCLUSÃO

A polêmica envolvendo os conceitos de normal e patológico em saúde segue seu curso há décadas sem uma expressão adequada de critérios. Enquanto o termo “anormalidade” indica um desequilíbrio orgânico natural ou uma expressão exagerada com lesões, a “normalidade” ainda não tem definição clara e fica premente o estudo de modelos cujo postulado básico é que não há diferenças essenciais entre a conduta patológica e a dita “normal”, pois ambos derivam da aprendizagem a partir do meio.

A normalidade dos órgãos pode ser in-

terpretada à luz das ciências como um impulso inerente à vida orgânica capaz de manter ou restaurar um estado de coisas que o sujeito vivo almeja (saúde). Cada entendimento da estrutura orgânica humana e seu conseqüente conceito de normalidade pauta-se por um determinado marco epistemológico, seja priorizando mais o social ou cultural, seja focando no fator biológico. A forma particular pela qual cada clínico interpreta o que é normal ou patológico na área médica é na maioria das vezes, consoante a uma visão global da enfermidade e suas possíveis etiologias, promovendo de fato a saúde ao invés de apenas alterar o estado dos órgãos e /ou do corpo.

Hoje, este contexto situa-se na discussão da sociedade de risco, ou da modernidade reflexiva, apontando características temporais e espaciais para compreender o conceito de risco, que remete para o indivíduo as escolhas e a questão da relatividade dos benefícios e dos malefícios dos recursos científicos e tecnológicos e sua relação com a subjetividade humana. Não há risco sem que antes se formule uma noção de segurança, de modo que sem uma situação concreta ou hipotética, o contraponto entre esses conceitos fica invisível. Em ambos os casos as noções se estabelecem pelo processo cognitivo, pela razão ou pelo senso comum, que por sua vez também estão ligadas à busca do prazer e da felicidade.

REFERÊNCIAS

BONDER, N. **A alma imoral**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

BROWN, N. O. **Life against Death**. UK: Wesleyan University Press, 1959.

BROWN, P. O. **Molecular biomarkers for early detection of cancer**. Howard Hughes Institute, US, 2009. Disponível em: <<http://www.hhmi.org/news/brown20090728.html>>. Acesso em: 16 dez. 2009.

CANGUILHEM, G. **Le normal et le pathologique**. Paris: Presses Universitaires France, 1966. 232 p.

FOUCAULT, M. **Doença mental e psicologia**. Tradução Lílian Rose Shaldres. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FREUD, S. **Além do princípio do prazer**. Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, 1920. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~sprj/freud.html>>. Acesso em: 16 dez. 2009.

HEGENBERG, L. **Doença: um estudo filosófico**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1998. 138 p.

JONES, S. **A Ilha de Darwin**. Tradução Janaína Castilho. São Paulo: Record, 2009. 376 p.

LANDMANN, J. **Medicina não é saúde: as verdadeiras causas da doença e da morte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. 326 p.

PINTO, Á. P.; KRUNN, P.; CARDOSO, R. R. Relato de dois casos de condiloma imaturo: descrição dos achados colposcópicos, cervicográficos, cito-histológicos e moleculares. **J. Bras. Patol. Med. Lab.** v. 44, n. 3, p. 193-197, 2008.

PASSMORE, R.; ROBSON, J. S. **A companion to medical studies**. London: Blackwell Scientific Publications, 1974. (Chapter 35: Psychiatry)

ROSENBAUM, P. **Conceito de ciência homeopática**. Cultura Homeopática (ed.) <http://www.homeopatia.med.br/biblioteca/conceito_de_ciencia.pdf>. 2000. Acesso em: 20 jan. 2010.

TORRES, W. da C. Bioethics and health psychology: reflecting upon life and death questions. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 475-482, 2003.

LA NORMALIDAD ORGÁNICA Y LA CONCIENCIA DE LA DUPLICIDAD CIENCIA Y TECNOLOGÍA Y LA PLENITUD HUMANA DEL PLACER

RESUMEN: Este artículo pretende contribuir para el debate sobre los límites entre la función normal y el estado patológico en las ciencias biomédicas. Todo estado patológico tiene su análogo en un fenómeno fisiológico supuestamente natural y una vez que solamente el patológico indica un estado nosológico raro, es a través de síntomas (pathos) que el normal es percibido. El proceso clínico apuntado como afección, no sería una dimensión diferente de la salud, pero una nueva orientación para la vida, ya que el proceso una vez establecido, no se revierte y, por lo tanto, la clínica y el tratamiento médico serían una técnica de restauración del normal y la enfermedad una innovación "positiva" del ser vivo como parte de la demanda del aprender a curar. La revolución tecnológica esti-

SOARES, B. E.

muló la práctica biomédica con énfasis en la técnica y en el racional, sin valorar los aspectos psicosociales y subjetivos de la enfermedad y así, el concepto de normal es comentado brevemente con base en el pensamiento de la escuela francesa y sus interfaces con el pensamiento psicoanalítico, en especial el principio del placer. Hay entonces la necesidad de profundizar las indagaciones sobre la experiencia de duplicidad en las ciencias y los estados característicos de salud o enfermedad, conectando el tema con la sociología, la educación y la ética.

PALABRAS CLAVE: Normal, Patología, Psicología, Epistemología, Tecnología Biomédica.